

O governo contra a Amazônia

As propostas e considerações feitas durante os trabalhos do III Congresso Internacional de Compensado e Madeira Tropical, realizado no último fim de semana em Belém do Pará, constituem mais uma prova do grave erro em que está embarcando o governo FHC em sua política ambiental. O problema dessa política é que ela parte de um princípio correto, mas toma o caminho mais errado possível para colocá-lo em prática. Está certo o governo em querer quebrar a "intocabilidade" da floresta amazônica e de outras áreas que o País tem a obrigação histórica de conservar. Mas a maneira de fazê-lo **não pode ser**, em hipótese alguma, entregá-la à sanha das madeireiras, brasileiras ou asiáticas, como vem ocorrendo.

Exploração sustentada significa tirar da região — suas florestas, seus rios e sua fauna — só aquilo que de uma ou outra forma pode ser repostado. Daí por que temos defendido, com base em experiências bem-sucedidas de outros países, a caça e a pesca esportivas organizadas como **elemento central**, e não acessório, de uma política nacional de conservação ambiental. A ação das madeireiras, que têm sido o instrumento por excelência da devastação ora em curso nas florestas brasileiras, principalmente as da Amazônia, não tem nada a ver com exploração sustentada. E dificilmente poderia vir a ter, mesmo que fosse possível sonhar com uma atividade desse tipo bem controlada pelo Estado, coisa que, na realidade, não é. Pela simples e boa razão de que as florestas tropicais — especialmente as da Amazônia —, por suas próprias características, não podem ser reconstituídas, ao contrário das florestas temperadas. Derrubadas, estão quase sempre perdidas de forma irremediável, como aconteceu nos países de origem das madeireiras asiáticas que estão desembarcando aqui com sua notória voracidade.

Apesar desse risco, que não é segredo para ninguém, o que se viu no congresso realizado em Belém foi uma apologia da devastação madeireira, com a cumplicidade irresponsável do governo. O cacique Paulinho Paia-

kã, líder de 6 mil índios caiapó donos de terras ricas em madeiras nobres, principalmente mogno, no sul e no sudeste do Pará, transformou-se numa das vedetes do encontro. "Índio quer ficar rico vendendo madeira", afirmou o milionário índio devastador que, antes da lei, já começou a transformar seu sonho em realidade; usa camisa de linho, ostenta sempre um reluzente relógio de ouro no pulso e só se locomove em seu avião particular. Para aumentar ainda mais seus ganhos, ele declarou estar disposto a aprender com os "doutores em exploração de florestas".

Esses "doutores", tanto asiáticos como brasileiros, ficaram encantados com Paia-kã e prometeram ensinar-lhe sua "ciência". Um verdadeiro "happening" antiecológico, abrilhantado pelo exotismo do "bom selvagem" que, em seu processo de aculturação, parece ter assimilado do homem branco apenas o que ele tem de pior. E o mais grave é que autoridades do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não apenas legitimaram, com sua presença, esse festival de propostas predatórias como ainda prometeram tomar novas medidas para facilitar a derrubada das florestas. O presidente do Ibama, Eduardo Martins, anunciou que no próximo ano vai limitar ainda mais as regras hoje existentes para a exploração de madeira e ainda defendeu a instalação de sem-terra em reservas florestais de propriedades privadas.

Em vez de se aliar ao que existe hoje de pior em matéria de devastação ambiental, o governo deveria cuidar de cumprir sua obrigação para com as futuras gerações, multiplicando a criação de reservas para tirá-las da frente do ímpeto econômico predatório, delimitar as áreas menos importantes do ponto de vista de fauna e flora para esse tipo de exploração, sob regras rígidas, e abrir, associado com agentes privados, os parques nacionais ao uso sustentado verdadeiro, que é o que se faz com sucesso em todo o mundo, com caça e pesca esportivas organizadas e com turismo ecológico.